Boletim Informativo do
SINTUFSCar
Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da Universidade Federal de São Carlos

Edição 04/2023
Setembro
Gestão Sonhar Lutar
Biênio 2023/2024

Vitória: plenária nacional da Fasubra aprova por maioria sobre proposta de carreira

A proposta foi levada a bancada sindical na reunião com o governo do dia 03/10

Nos dias 30 de setembro e 01 de outubro, sindicatos e entidades de base se reuniram em Brasília – DF para mais uma Plenária Nacional da Fasubra. Na oportunidade, foram apresentados os principais itens da proposta sobre a carreira, elaborada e apresentada pela chapa Travessia e TaesNaluta, que foram aprovados após muito debate nos GTs, na última assembleia da categoria, no dia 210/09 e entre as delegadas e delegados na plenária nacional.

Plenária Nacional da FASUBRA 30/09 E 01/10

Foto: acervo Fasubra Sindical

Entre os principais itens aprovados está:

· Redução de 5 para 3 níveis de classificação (A/B, C/D, E);

· Matriz lateralizada;

· Aceleração da progressão por capacitação;

· Iatae não será apresentada na mesa de negociação pela bancada sindical, mas caso o governo proponha, a base será consultado e irá decidir sobre o tema;

· RSC;

· 12 padrões de VB + 8 de capacitação.

Foi uma uma plenária histórica, muito disputada e que após décadas decidiu por reelaborar uma proposta de reestruturação do PCCTAE. Estiveram presentes no encontro, representando o SINTUFSCar: Vanessa Rodrigues, Juan Reys Miguel e Jefferson F. Silvestre, pela base da categoria. Pela direção Doni como titular e Vânia como suplente.

Foto: acervo SINTUFSCar

Proposta de mudança em Projeto de Lei que garante acesso a bolsas de pesquisa mostra avanço no fortalecimento da identidade da categoria Técnico-administrativos em Educação

A iniciativa é da Deputada Federal Professora Dorinha Seabra (DEM/TO), que propõe a alteração da Lei nº 11.892

Fasubra Sindical

No dia 20 de setembro, foi concluído no Congresso Nacional a tramitação do Projeto de Lei nº 5.649/2019, de iniciativa da Deputada Federal Professora Dorinha Seabra (DEM/TO), que propõe a alteração da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para proporcionar acesso a bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio a alunos, docentes, ocupantes de cargo público efetivo, detentores de função ou emprego público e pesquisadores externos ou de empresas efetivamente envolvidos nessas atividades; e altera o artigo 8° da Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005, de modo que o referido artigo da Lei que institui o PCCTAE passe a vigorar com o acréscimo de um parágrafo único em seu inciso II, com a seguinte redação:

"Art 8°..... § Insere-se nas atribuições previstas no inciso II do caput a coordenação de projetos de pesquisa e extensão, cabendo a percepção de bolsas de pesquisa e extensão, pagas diretamente pelas IFE, por agência oficial de fomento, por fundação de apoio devidamente credenciada por IFE ou por organismo internacional amparado por ato, tratado ou convenção internacional."

Após a conclusão da tramitação desse Projeto no Congresso Nacional, o PL foi encaminhado para ser sancionado pelo presidente da República. A conclusão da tramitação se configura como uma vitória e mostra avanço no fortalecimento da identidade da categoria Técnico-administrativos em Educação, no qual parte das trabalhadoras e trabalhadores do PCCTAE estão envolvidas e envolvidos diretamente na produção do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo assim para a necessária superação da perversa divisão do trabalho que ainda é reproduzida em algumas IFE, em que consideram que apenas a categoria docente possui capacidade de refletir e produzir conhecimento, frente as Técnicas e Técnicos Administrativos em Educação que supostamente devem atuar apenas na execução de ações administrativas e educativas com a ausência de reflexões e produções de conhecimento.

Sócios e Sócias do SINTUFSCar participam de oficina: "faça você mesmo"

Projeto reaproveita que seriam descartados na natureza

Na segunda quinzena de setembro teve o início de mais uma atividade para os nossos/as associados/as. A oficina "Vogais", que usa ferramentas e materiais do cotidiano para estimular a criatividade e explorar novas possibilidades. As aulas acontecem as terças-feiras, ao ar livre e em grupo, proporcionando a criação de novos laços e até o reencontro com amigos e amigas.

Foto: acervo SINTUFSCar

Mês de setembro destaca a importância para a prevenção ao suicídio com o lema: "Se precisar, peça ajuda!"

O dia 10 é a data definida oficialmente como o "Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio". Atualmente, o Setembro Amarelo é a maior campanha anti estigma do mundo! Neste ano o lema escolhido para a campanha trouxe a reflexão sobre o apoio e acolhimento.

1ª Mesa de Negociação Específica Temporária reúne representantes do governo e entidades sindicais

No encontro sindicatos apresentaram parâmetros gerais da carreira e a metodologia de discussão do aprimoramento da carreira em curto, médio e longo prazo

No dia 04 de setembro, ocorreu a Primeira Mesa de Negociação Específica Temporária entre representantes do governo e as entidades sindicais FASUBRA e SINASEFE. Pelo governo, marcaram presença: SRT/MGI, SGP/MGI, SAA/MEC, SPO/MEC, SESU/MEC e SENTEC/MEC.

No início da reunião, foi solicitado pelo governo que as entidades sindicais descrevessem ou explicitassem melhor as propostas enviadas anteriormente.

A bancada sindical, FASUBRA e SINASEFE fez a apresentação dos parâmetros gerais da carreira e a metodologia de discussão do aprimoramento da carreira em curto, médio e longo prazo. Outro ponto debatido, foi a necessidade imediata de reinstalação da CNSC e que o governo apresente se existem recursos orçamentários disponíveis para 2024. Também foi cobrado do governo, para além da CNSC, a apresentação de um cronograma efetivo para as reuniões da mesa, diante das propostas da reestruturação da Carreira, que são de curto, médio e longo prazo. A curto prazo, questionado pelo governo, foram apontadas em linhas gerais, a exemplo:

- Aumento de Step em 5% e 3 salários mínimos de piso;
- Discussão de aumento de níveis de capacitação;
- Reestruturação da amplitude da tabela salarial.

Na discussão foi ressaltada a necessidade de que as propostas atendam a realidade previdenciária imposta pelas reformas da previdência e contemplem todas a categoria com ativos e aposentados. Além da convocação da CNSC, foi cobrado o espelho da folha, banco de dados para os estudos que importem em impacto financeiro das propostas. O governo sinalizou em enviar. Quanto ao orçamento perguntado ao governo, o Secretário da STR disse que naquele momento não teria previsão orçamentária para apresentar. As entidades ficaram com a promessa de que em uma próxima reunião, após ser finalizada a instalação das mesas com as 10 carreiras definidas pelo governo, fossem apresentadas as propostas de alteração na carreira e as demandas financeiras expressas em curto, médio e longo prazo e, que somente após essa apresentação, o Governo se manifestaria sobre os recursos financeiros.

TAEs participam de roda de conversa sobre resultado da 1ª Mesa Específica de Negociação

A atividade presencial foi realizada no dia 04 de setembro, no saguão da reitoria da UFSCar, para debater acerca do encontro entre Governo e Entidades Sindicais Mesa e tratar da reestruturação do PCCTAE. A atividade foi marcada no mesmo momento em que a mesa nacional estava reunida para avaliar as propostas da categoria.

Fotos: acervo SINTUFSCar

Quer receber nossos e-mails?

1) Entre no formulário disponível apontando a câmera do seu celular para o QR code a direita:
2) Preencha o formulário de acordo com as instruções.
3) Clique em "INSCREVER-SE" e você nos autorizará a lhe enviar correspondências.

Importante: esta plataforma, a MailChimp, é dos Estados Unidos, por isso, as informações são pedidas em Inglês. Leia atentamente as instruções do formulário para não se perder.

Destaques do mês

Em julgamento histórico, STF derruba marco temporal das terras indígenas por 9 votos contra 2

Apenas os dois ministros indicados por Bolsonaro – Marques e Mendonça – defenderam tese ruralista que limita demarcação

Brasil de Fato

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional, no dia 21 de setembro, o marco temporal das terras indígenas. A tese jurídica criada por ruralistas proíbe demarcações de áreas que não estivessem ocupadas por indígenas no dia da promulgação da Constituição Federal, 5 de outubro de 1988.

Nove dos 11 ministros deram razão aos povos indígenas ao reconhecerem que a Constituição não prevê um critério de tempo para validar as demarcações. Os únicos favoráveis ao marco temporal foram os dois integrantes da Corte indicados por Jair Bolsonaro (PL): Nunes Marques e André Mendonça.

O entendimento deverá ser seguido por todos os tribunais do país, já que a decisão foi classificada pelo relator Edson Fachin como de repercussão geral. Com isso, o marco temporal não poderá ser usado por proprietários ou posseiros para questionar demarcações na Justiça.

O STF não decidiu sobre pontos polêmicos levantados por ministros durante o julgamento, como a indenização a fazendeiros e a abertura das terras indígenas à mineração. Os temas continuam em discussão.

O resultado põe fim um dos mais importantes capítulos do movimento indígena no Brasil. O rechaço ao marco temporal esteve no centro de mobilizações e protestos nos últimos anos. Advogados e juristas - indígenas e não indígenas - afirmam que a tese poderia inviabilizar 90% dos processos demarcatórios.

Na defesa da tese inconstitucional, políticos e advogados que representam grandes proprietários de terras afirmam que o marco temporal traria "segurança jurídica" aos produtores rurais.

Embora derrotado no Supremo, o marco temporal segue em tramitação no Congresso Nacional. Por meio de um projeto de lei, a tese foi aprovada na Câmara e foi votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do no dia 27/9, quando O Senado aprovou por 43 votos a 21, o projeto que estabelece um marco temporal para demarcação de terras indígenas. A proposta seguiu para sanção do presidente Lula (PT).

Votação que pode proibir casamentos homoafetivos é adiada

Comissão da Câmara ainda debaterá texto apresentado por deputado do PL que conta com apoio da direita conservadora

As atenções da militância pela causa LGBTQIA+ estavam todas voltadas para uma comissão da Câmara dos Deputados nesta quarta-feira do dia 27 de setembro. Em um dos plenários da Casa seria votado um projeto de lei pautado por representantes da extrema direita para vetar o casamento civil homoafetivo, direito já consagrado por decisão unânime do Supremo Tribunal Federal em 2011.

Fotos: divulgação Internet

Porém, após pressão dos presentes e mais de sete horas de debates, o relator do projeto, o deputado federal Pastor Eurico (PL-PE) decidiu adiar o pleito. Agora, um grupo de trabalho vai discutir possíveis alterações no texto pedidas por parlamentares de esquerda. O PL pode ser votado no dia 10 de outubro.

Boletim Informativo do SINTUFSCar é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFSCar - Gestão Sonhar Lutar - Biênio 2023/2024 ▪ Diagramação e textos: Ingrid Sá (MTB 0022048/MG)▪ Impressão: SINTUFSCar ▪ Telefone: (16) 3361-7015 ▪Whatsapp: (16) 99755-4464 ▪ Site: www.sintufscar.org.br ▪ E-mail: sintuf@sintufscar.org.br ▪ Facebook e Instagram: sintufscar